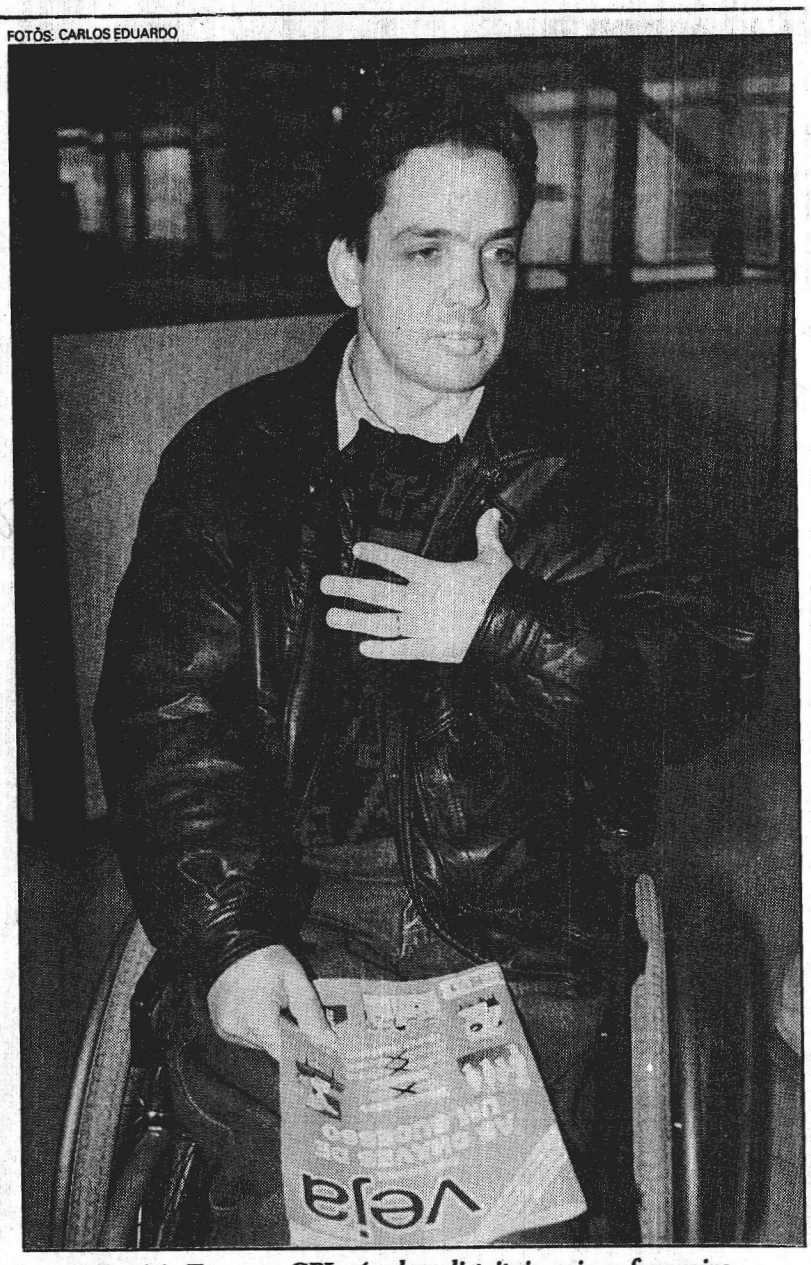
Benício admite como certa CPI para distritais

Carlos Alberto Silva

O presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Benício Tavares (PP), admite ser inevitável abertura de uma CPI para apurar o envolvimento de deputados distritais em irregularidades levantadas pelo Congresso — mas é contra a idéia de que a comissão seja criada agora, dias antes do fim do recesso parlamentar e da reabertura dos trabalhos da Casa, marcada para o dia 1º de fevereiro. "De cara, não haveria **quorum**, pois no máximo dez deputados estão em Brasília — e depois, seria gastar em vão o dinheiro dos contribuintes, já que o relatório final da CPI do Orçamento — o documento sobre o qual teríamos de nos debruçar, necessariamente — só será divulgado no próximo dia 24, uma semana antes do fim do recesso e da volta ao trabalho na Câmara", alega Benício.

No seu entender, haveria ainda outras dificuldades operacionais e regimentais, que justificariam o adiamento da abertura de uma CPI não apenas para o dia 1º de fevereiro, mas para um pouco mais adiante. "A Câmara Legislativa não dispõe, ainda, de uma corregedoria e pretendo que o projeto que propõe sua criação seja votado, e aprovado, logo na primeira sessão ordinária, a tempo de ela já poder estudar e decidir sobre as denúncias em no máximo uma semana após a votação", explica Benício. Além disso, o dia 1º de fevereiro — além de ser o da reabertura dos trabalhos na Câmara — marcará também o início do processo eleitoral em nível das comissões, em toda a Casa. "Inclusive a Comissão de Constituição e Justiça, que hoje é presidida pelo deputado Manoel de Andrade, o **Manoelzinho**, que, aliás, é um dos citados pela CPI do Orçamento — e que, certamente, por uma postura ética, se consideraria impedido de analisar denúncias que porventura fossem encaminhadas à comissão, o que o regimento interno lhe faculta".

FOTOS: CARLOS EDUARDO



Benício Tavares: CPI, só sobre distritais, sai em fevereiro

Cobrança — Na condição de presidente da Câmara e autoimbuído da missão de conduzir as coisas "sem paixão e de acordo com o regimento e a Constituição", Benício Tavares se diz ciente de que as atenções em todo o País estão, agora, postas sobre a Casa que preside. "Sei muito bem que existe um **lobby**, no Congresso, trabalhando para a extinção da Câmara Legislativa do DF, e precisaremos provar à opinião pública que, apesar das nossas dificuldades, somos também capazes de passar a Casa a limpo". Entre as dificuldades por ele relacionadas, está o fato de ser, este, um ano eleitoral. "O discurso eleitoreiro e a postura isenta, factual, infelizmente haverão de confundir-se, a ponto de ser difícil distinguir entre a denúncia séria e a simples falácia sensacionalista", prevê o presidente da Câmara. "Se for preciso, cobrarei pessoalmente, ou mesmo em público, que meus companheiros de mandato se atenham aos fatos, e não façam campanha política com eles", alerta Benício.

Essa cobrança, ainda em forma de aviso amigável, já será feita por Benício hoje, ao encontrar-se com os poucos deputados distritais que acudirem à convocação feita por ele, em caráter extraordinário. "Pretendo, também, mostrar-lhes o meu calendário de providências, desde a divulgação do relatório final, passando pela reabertura dos nossos trabalhos, mudança dos presidentes das comissões — e até, claro, a instalação da nossa CPI", disse o deputado. Hoje mesmo, tão logo tenha apresentado este roteiro a seus pares, pretende ir com eles, ou mesmo sozinho, até o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PR).

Se o senador resolver que, por força da premência que se faz em relação à CPI na Assembléia de Brasília, seja antecipado e feito um relatório específico das investigações sobre o envolvimento dos deputados distritais, "quem sabe o meu calendário também possa ser modificado?", admite Benício, não muito confiante.